

Empresário critica "timidez"

O congelamento da União de Referência de Preços (URP) sobre o salário dos servidores públicos, como parte de contenção do déficit público, anunciado pelos ministros da Fazenda, Majlson da Nóbrega, e do Planejamento, João Batista de Abreu, na última quinta-feira, recebeu desaprovação dos empresários locais.

Para eles, "as medidas foram tímidas em relação ao que devia acontecer". Joel Campanatti, presidente do Clube dos Diretores Lojistas, afirmou que as medidas "são um desastre para Brasília. Não é congelando URP que o Governo vai cobrir seu déficit, porque gasta mais do que arrecada, e não são os salários que aumentam as despesas do Governo".

Segundo Campanatti, "cortar salários ou congelá-los, atingindo uma única categoria é pouco. Além disso, o congelamento em si vai contra os princípios dos empresários". Para o presidente do Clube dos Diretores Lojistas, "eu pensava que o Governo fosse realmente arregançar as mangas e entrar firme para cortar gastos e despesas inócuas, desativando, por exemplo, vários órgãos públicos que não produzem nada. E não é congelando URP que se vai conseguir nada de positivo".

PREOCUPAÇÃO

Joel Campanatti confessou-se "bastante preocupado com as consequências das medidas adotadas pelo Governo. Isto poderá desencadear uma situação que deverá chegar ao ponto crítico. E como uma reação em cadeia. Prejudica o funcionalismo público, que sustenta praticamente todas as atividades da cidade. O que poderá gerar desemprego para outras categorias profissionais, os comerciários, por exemplo". Campanatti acha que "as previsões não são muito boas, pois é certo que teremos uma queda estúpida de vendas no comércio local, e isto poderá ser o início de uma provável crise de desemprego no comércio".

CONSTRUÇÃO CIVIL

Para Cássio Gonçalves, presidente da Federação das Indústrias de Brasília, "as medidas no aspecto de congelamento da URP foram absurdas". Segundo ele, "se o Governo resolvesse cortar despesas com pessoal em todos os órgãos públicos do Brasil, deveria cortar mesmo, e ainda assim, a resposta, sob a forma de contenção de gastos, seria mínima. O que o Governo precisava cortar, são os gastos com pessoas que ganham sem trabalhar".

As consequências do congelamento da URP são, segundo Cássio Gonçalves, "as piores possíveis para a cidade, com repercussões negativas demais para o funcionalismo público, que praticamente sustenta todas as atividades de Brasília. Não creio que haverá desemprego no setor de construção civil, mas posso afirmar que o ritmo

do setor estará bem ressentido proximamente. Além disso, há que se lamentar a queda nas vendas de imóveis na praça". Gonçalves lamenta a divulgação do pacote, afirmando que "não podia ser pior para Brasília".

COMÉRCIO

Nuri Andraus, presidente da Associação Comercial do Distrito Federal, acha que "algumas coisas já passaram da hora de serem feitas, e entendo que o congelamento da URP faça parte de um programa mais amplo de medidas, e que seja o início, porque se for o fim, vai ficar difícil".

Ele acredita que "o comércio está encolhendo cada vez mais e esta medida, naturalmente deverá provocar desemprego. No meu raciocínio, toda inflação alta provoca desinvestimento e recessão, que provocam, por sua vez, queda de consumo. E já estamos num processo recessivo desde novembro de 1986. O que está ocorrendo agora, nada mais é que o estouro de uma inflação fantástica que estava dentro de uma garrafa".

Andraus confessou que espera "medidas mais drásticas em cima de benefícios e incentivos" e torce para que elas venham o quanto antes, "para corrigir várias distorções".

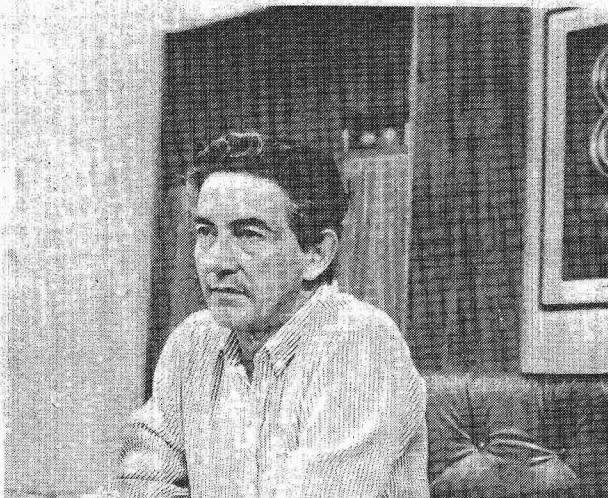
VAREJISTA

O presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Brasília, Nei Carneiro, acha que "efetivamente o congelamento da URP para o funcionalismo público não traz benefícios. Mas nossa esperança é que a medida só deve durar dois

meses". Nei entende que "o Ministro Majlson da Nóbrega, como técnico que é, e antigo funcionário do Banco do Brasil deve estar observando, inteligentemente, os erros e acertos de seus antecessores e tem tudo para acertar. Creio que o empresariado brasileiro tem certeza que ele está procurando o melhor caminho".

Quanto ao movimento no comércio varejista, Nei Carneiro garante que "haverá queda de consumo. Demissões eu não diria, porque neste primeiro trimestre do ano, é normal que o comércio dispense os contratados para trabalhar nas festas de fim de ano". Ele contou que até agora, foram demitidos 900 comerciários, "o que é mínimo num universo de 30 mil. Eles vão em geral, para empregos melhores, segundo me informou o presidente do Sindicato Laboral de Brasília, Raimundo Neves".

Nei Carneiro acredita que "60 dias não significam tanto sacrifício, porque o ministro da Fazenda entendeu que era chegada a hora de dar uma enxugada na máquina administrativa e nos supérfluos". Confiante nas medidas tomadas pelo Governo, Nei Carneiro admite que haverá queda nas vendas do comércio varejista, "porque o funcionário que tem seu salário congelado, não vai continuar consumindo da mesma forma, produtos que subirão de preço normalmente". Ele prefere esperar para ver os resultados das medidas nos próximos dois meses para opinar melhor, "porque para sair da crise na qual nos vemos agora, só com consumo e produção".



Campanatti: congelar URP não será a solução



Cássio Gonçalves



Nuri Andraus